

2015

**DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS DO QUARTO TRIMESTRE (4T15)**

4T15: 171,0 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS, REC. DE PEDÁGIO DE R\$ 624,3 MILHÕES (-2,3%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 352,7 MILHÕES (-8,0%) E LUCRO LÍQUIDO R\$ 12,0 MILHÕES NEGATIVO

AGENDA DE DIVULGAÇÃO

TELECONFERÊNCIA



EM PORTUGUÊS

Quarta-feira (30/03/2016)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 30/03 e 05/04
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 2404307#

EM INGLÊS (Tradução Simultânea)

Quarta-feira (30/03/2016)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 3193-1001
Código: ARTERIS
Replay: Entre 30/03 e 05/04
Fone: +55 (11) 3193-1012
Código: 6335410#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link www.ccall.com.br/arteris/4t15.htm e ficará disponível no site da Companhia após o evento.



São Paulo, 29 de março de 2016 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 4T15, período encerrado em 31 de dezembro de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 4T15

Tráfego Pedagiado: 171,0 milhões de veículos equivalentes registrados no 4T15, com queda de 10,0% na comparação com o 4T14. A variação está associada à retração econômica observada no país no período e a não cobrança desde abril dos eixos suspensos de veículos pesados vazios nas rodovias federais. Caso está cobrança estivesse em vigor, o tráfego pedagiado teria decrescido 6,9% no 4T15 e 4,0% no acumulado do ano. Apesar da queda no acumulado do ano, destacamos a resiliência do tráfego de veículos leves, que cresceu 3,5% em 2015.

Receita de Pedágio: Totalizou R\$ 624,3 milhões no trimestre com uma ligeira queda de 2,3%. No acumulado do ano o aumento foi de 0,3% com um montante de R\$ 2,4 bilhões. Apesar da queda do tráfego, a Receita de Pedágio se manteve estável, devido aos reajustes de tarifas entre os períodos — em algumas concessões federais acima da inflação, em função de reequilíbrios.

EBITDA e EBITDA Ajustado: EBITDA registrou uma queda de 24,1% em relação ao 4T14, ficando em R\$ 269,5 milhões. O EBITDA ajustado retraiu 8,0%, com R\$ 352,7 milhões e margem de 61,4%.

Endividamento: A dívida líquida totalizou R\$ 5,7 bilhões ao final do 4T15, com um aumento de 7,0% em relação ao 3T15. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 4,10x.

Investimentos: Foram desembolsados R\$ 455,6 milhões no trimestre e R\$ 1,8 bilhão no acumulado do ano em investimentos nas rodovias, principalmente nas rodovias federais.

Lucro Líquido: Totalizou R\$ 12,0 milhões negativo no trimestre e R\$ 149,3 milhões positivo no acumulado de 2015. Os resultados estão associados a atividade econômica e também à maior depreciação e ao resultado financeiro, impactado pelo aumento do endividamento e dos juros.



BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

Atualização em 28/03/2016
Preço Fech.: R\$ 9,80 por ação
Valor de Mercado: R\$ 3,4 bilhões

Indicadores Financeiros	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	2.015	2.014	Var% 2015/2014
Veículos equivalentes (Mil)	171.013	170.040	190.048	0,6%	-10,0%	680.623	726.295	-6,3%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	624.263	627.426	639.226	-0,5%	-2,3%	2.438.765	2.431.851	0,3%
Receita líquida (R\$ Mil)	960.632	1.001.677	1.069.094	-4,1%	-10,1%	3.827.963	4.018.133	-4,7%
EBITDA (R\$ Mil)	269.521	330.737	355.090	-18,5%	-24,1%	1.258.286	1.357.222	-7,3%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	352.710	381.773	383.338	-7,6%	-8,0%	1.455.109	1.502.683	-3,2%
Lucro líquido (R\$ Mil)	(11.993)	43.985	117.599	-127,3%	-110,2%	149.342	456.860	-67,3%
Margem EBITDA*	46,9%	57,0%	60,0%	-10,1 p.p.	-13,1 p.p.	55,3%	60,0%	-4,7 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	61,4%	65,8%	64,8%	-4,5 p.p.	-3,4 p.p.	64,0%	66,5%	-2,5 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	2.244.849	2.290.112	2.128.777	-2,0%	5,5%	2.244.849	2.128.777	5,5%
Ativos totais (R\$ Mil)	10.081.570	10.090.439	9.599.828	-0,1%	5,0%	10.081.570	9.599.828	5,0%
Dívida bruta / Capitalização total ²	74,0%	73,6%	74,0%	0,4 p.p.	0,0 p.p.	74,0%	74,0%	0,0 p.p.
Dívida líquida (R\$ Mil)	5.657.831	5.286.530	4.382.817	7,0%	29,1%	5.657.831	4.382.817	29,1%
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	4,10	3,75	3,06	0,4	1,0	4,10	3,06	1,0

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

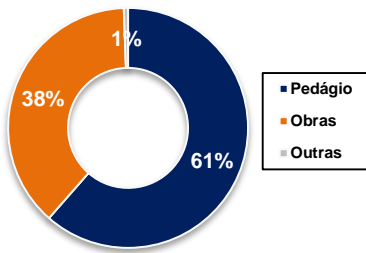
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	2015	2014	Var% 2015/2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.015.880	1.057.540	1.126.059	-3,9%	-9,8%	4.047.449	4.236.358	-4,5%
Receitas de pedágio	624.263	627.426	639.226	-0,5%	-2,3%	2.438.765	2.431.851	0,3%
Estaduais	370.287	377.747	370.307	-2,0%	0,0%	1.423.392	1.419.962	0,2%
Autovias	88.505	90.432	89.118	-2,1%	-0,7%	343.262	342.833	0,1%
Centrovias	96.939	97.933	98.103	-1,0%	-1,2%	369.932	370.838	-0,2%
Intervias	101.337	102.504	99.796	-1,1%	1,5%	388.621	385.596	0,8%
Vianorte	83.506	86.878	83.290	-3,9%	0,3%	321.577	320.695	0,3%
Federais	253.976	249.679	268.919	1,7%	-5,6%	1.015.373	1.011.889	0,3%
Planalto Sul	26.966	26.563	29.056	1,5%	-7,2%	109.116	115.028	-5,1%
Fluminense	43.464	42.625	44.133	2,0%	-1,5%	172.822	165.003	4,7%
Fernão Dias	61.539	60.159	64.219	2,3%	-4,2%	242.129	247.026	-2,0%
Régis Bittencourt	65.936	65.398	69.594	0,8%	-5,3%	267.866	267.148	0,3%
Litoral Sul	56.071	54.934	61.917	2,1%	-9,4%	223.440	217.684	2,6%
Outras receitas	5.751	8.359	9.753	-31,2%	-41,0%	54.198	47.060	15,2%
Receitas de obras	385.866	421.755	477.080	-8,5%	-19,1%	1.554.486	1.757.447	-11,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(55.248)	(55.863)	(56.965)	-1,1%	-3,0%	(219.486)	(218.225)	0,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	960.632	1.001.677	1.069.094	-4,1%	-10,1%	3.827.963	4.018.133	-4,7%
CUSTOS E DESPESAS	(691.111)	(670.940)	(714.005)	3,0%	-3,2%	(2.569.677)	(2.660.911)	-3,4%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(166.054)	(149.624)	(157.492)	11,0%	5,4%	(620.110)	(572.774)	8,3%
Custo dos serv. de construção	(385.866)	(421.755)	(477.080)	-8,5%	-19,1%	(1.554.486)	(1.757.447)	-11,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(59.613)	(42.466)	(45.520)	40,4%	31,0%	(185.112)	(174.181)	6,3%
Remuneração da administração	(3.116)	(6.056)	(6.440)	-48,5%	-51,6%	(20.616)	(19.259)	7,0%
Despesas tributárias	(683)	(1.090)	(1.120)	-37,3%	-39,0%	(2.369)	(3.755)	-36,9%
Provisão para manutenção em rodovias	(83.189)	(51.036)	(28.248)	63,0%	194,5%	(196.823)	(145.463)	35,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	7.410	1.087	1.896	581,7%	290,8%	9.839	11.968	-17,8%
EBITDA	269.521	330.737	355.090	-18,5%	-24,1%	1.258.286	1.357.222	-7,3%
Margem EBITDA*	46,9%	57,0%	60,0%			55,3%	60,0%	
DEPRECIações E AMORTIZAções	(142.417)	(133.900)	(98.926)	6,4%	44,0%	(524.606)	(344.689)	52,2%
Depreciações e amortizações	(142.417)	(133.900)	(98.926)	6,4%	44,0%	(524.606)	(344.689)	52,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(145.647)	(124.871)	(79.692)	16,6%	82,8%	(495.145)	(322.374)	53,6%
Receitas financeiras	32.127	48.753	41.297	-34,1%	-22,2%	164.738	127.375	29,3%
Despesas financeiras	(177.943)	(173.543)	(120.199)	2,5%	48,0%	(659.858)	(450.073)	46,6%
Variação cambial, liq.	169	(81)	(790)			(25)	324	
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(18.543)	71.966	176.472	-125,8%	-110,5%	238.535	690.159	-65,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.550	(27.981)	(58.873)	-123,4%	-111,1%	(89.193)	(233.297)	-61,8%
Corrente	(42.955)	(52.692)	(41.248)	-18,5%	4,1%	(189.306)	(231.128)	-18,1%
Diferido	49.505	24.711	(17.625)	100,3%	-380,9%	100.113	(2.169)	-4715,6%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(11.993)	43.985	117.599	-127,3%	-110,2%	149.342	456.860	-67,3%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

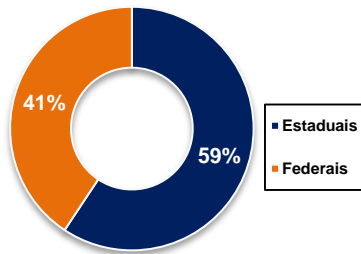
Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

Composição da Receita Bruta 4T15



Composição da Receita de Pedágio 4T15



No quarto trimestre de 2015, a Arteris registrou na linha da **receita bruta** um montante de **R\$ 1 bilhão** com uma **queda** de **9,8%** em relação ao mesmo período do ano passado.

Este total foi composto da seguinte maneira:

- Receitas de pedágio foram de **R\$ 624,3 milhões** e representaram 61% do faturamento da Companhia no trimestre registrando uma **ligeira queda** de **2,3%** na comparação com o 4T14;
- As **Receita de Obras** registraram uma redução de **19,1%**, totalizando **R\$ 385,9 milhões** ou 38% do total das Receitas e refletiram os investimentos destinados à melhoria da infraestrutura das rodovias do grupo. A queda nessa rubrica se deve ao aumento dos investimentos relacionados à obras de manutenção, os quais não são contabilizados nessa linha;
- E, as **“outras receitas”**, que representam aproximadamente 1% da receita total, foram de **R\$ 5,8 milhões** e são compostas de receitas acessórias das concessões de rodovias.

No **acumulado do ano**, a receita bruta da Companhia somou **R\$ 4,0 bilhões**, apresentando uma queda de 4,5% comparado ao ano de 2014.

Receita de Pedágio

A **receita de pedágio** da Arteris no 4T15 apresentou com uma **leve queda** de **2,3%** em relação ao 4T14, apesar da forte retração do tráfego apresentado no período. Isto foi possível graças aos reajustes de tarifas aplicados em todas as concessões, sendo que dentre as rodovias federais algumas obtiveram reajustes superiores à inflação em função de reequilíbrios dos contratos provenientes de aditivos.

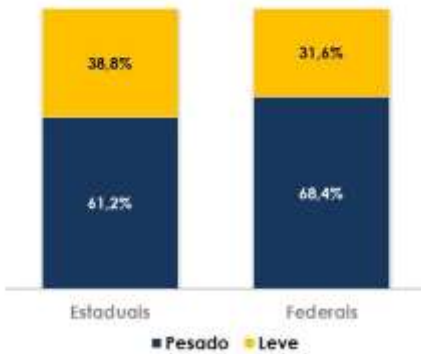
As **rodovias estaduais** registraram **R\$ 370,3 milhões** no 4T15 e foram responsáveis por 59% do total das receitas com pedágios. A receita ficou **estável** na comparação trimestral (+0,0%) e no acumulado do ano (+0,3%), reflexo da retração de 3,6% e 4,1%, respectivamente, do volume de tráfego pedagiado em ambos os períodos, porém balanceadas pelo aumento das tarifas (aprox. +3,7%) em julho de 2015.

Já as **rodovias federais**, encerraram o trimestre contribuindo com **R\$ 254,0 milhões**, queda de 5,6%, pois apesar dos reajustes tarifários acima da inflação, a crescente retração do tráfego, fez com que o valor da receita de pedágio ficasse inferior ao contabilizado em 4T14. Já no acumulado do ano, se manteve praticamente **estável (+0,3%)**.

Tráfego Pedagiado: O **volume total** de tráfego pedagiado da Companhia no **4T15**, foi de **171.013 mil veículos equivalentes**, queda de **10,0%** em relação ao 4T14.

Veículos Equivalentes (Mil)	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	2015	2014	Var% 2015/2014	1Bases Comparáveis 2015/2014
Estaduais	52.197	53.201	54.129	-1,9%	-3,6%	204.458	213.096	-4,1%	-4,1%
Autovias	11.844	12.087	12.412	-2,0%	-4,6%	46.774	48.939	-4,4%	-4,4%
Centrovias	14.261	14.349	14.935	-0,6%	-4,5%	55.330	58.336	-5,2%	-5,2%
Intervias	16.595	16.902	16.940	-1,8%	-2,0%	64.967	66.937	-2,9%	-2,9%
Vianorte	9.497	9.862	9.841	-3,7%	-3,5%	37.387	38.885	-3,9%	-3,9%
Federais	118.816	116.838	135.920	1,7%	-12,6%	476.165	513.198	-7,2%	-9,1%
Planalto Sul	6.436	6.476	7.572	-0,6%	-15,0%	26.462	30.185	-12,3%	-12,3%
Fluminense	11.431	11.210	12.974	2,0%	-11,9%	45.934	48.653	-5,6%	-8,0%
Fernão Dias	37.827	37.585	42.440	0,6%	-10,9%	150.652	164.275	-8,3%	-8,3%
Régis Bittencourt	32.737	32.684	38.556	0,2%	-15,1%	133.668	148.263	-9,8%	-9,8%
Litoral Sul	30.385	28.884	34.378	5,2%	-11,6%	119.449	121.823	-1,9%	-8,9%
Total	171.013	170.040	190.048	0,6%	-10,0%	680.623	726.295	-6,3%	-7,6%

1- Bases comparáveis ao ajustar os efeitos não recorrentes do fechamento das praças P1 e P2 na Autopista Fluminense (entre janeiro e fevereiro de 2014) e da abertura em junho de 2014 da Praça P5 na Autopista Litoral Sul.

**Composição do Tráfego
(Veículos Equivalentes)
4T15**


A deterioração do ambiente econômico no país que tem tido como consequência uma retração no produto interno bruto, principalmente no que tange à produção industrial, tem ocasionado uma elevada queda observada no volume de veículos pedagiados nos últimos trimestres. O impacto desta retração é notado na acentuada queda de tráfego pesado, principalmente em nossas rodovias federais, as quais são compostas em média por 70% de veículos equivalentes pesados, em comparação aos 60% nas rodovias estaduais.

Outro fator que contribuiu para a queda do tráfego foi a aplicação desde abril de 2015 da Lei dos Caminhoneiros, que cessou a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados vazios nas rodovias federais e que foi reequilibrada em tarifa na última revisão ordinária contratual, já em vigor em 2016. **Caso esta lei não estivesse em vigor, o tráfego pedagiado das rodovias federais teria registrado no trimestre um decréscimo de 8,3% em relação ao 4T14 e de 6,9% no consolidado do grupo, já no acumulado do ano esse decréscimo teria sido de 4,0% e 4,0%, respectivamente.**

Na Autopista Planalto Sul a redução de 12,3% no acumulado do ano deve-se ao fato da concessionária Planalto Sul ter recebido no 3T14 veículos de rodovias paralelas que se encontravam com trechos interditados em função de fortes chuvas naquela região.

Apesar da queda de 6,3% no acumulado do ano, destacamos a resiliência do tráfego de veículos leves, que cresceu 3,5% em 2015.

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 4T15 foi de **61,2%** de **veículos pesados** e **38,8%** de **veículos leves** nas **concessões estaduais**; e de **68,4%** de **veículos pesados** e **31,6%** de **veículos leves** nas **concessões federais**.

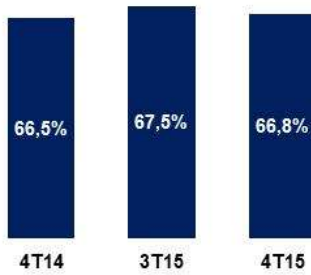
Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 4T15 foi de **R\$ 3,65**, representando um **incremento** de **8,5%** em relação à tarifa média do 4T14.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	2015	2014	Var% 2015/2014
Estaduais	7,09	7,10	6,84	-0,1%	3,7%	6,96	6,66	4,5%
Autovias	7,47	7,48	7,18	-0,1%	4,1%	7,34	7,01	4,8%
Centrovias	6,80	6,82	6,57	-0,4%	3,5%	6,69	6,36	5,2%
Intervias	6,11	6,06	5,89	0,7%	3,7%	5,98	5,76	3,8%
Vianorte	8,79	8,81	8,46	-0,2%	3,9%	8,60	8,25	4,3%
Federais	2,14	2,14	1,98	0,0%	8,0%	2,13	1,97	8,1%
Planalto Sul	4,19	4,10	3,84	2,1%	9,2%	4,12	3,81	8,2%
Fluminense	3,80	3,80	3,40	0,0%	11,8%	3,76	3,39	10,9%
Fernão Dias	1,63	1,60	1,51	1,6%	7,5%	1,61	1,50	6,9%
Régis Bittencourt	2,01	2,00	1,81	0,7%	11,6%	2,00	1,80	11,2%
Litoral Sul	1,85	1,90	1,80	-3,0%	2,5%	1,87	1,79	4,7%
Total	3,65	3,69	3,36	-1,1%	8,5%	3,58	3,35	7,0%

Em julho de 2015, o governo do Estado de São Paulo **autorizou o reajuste anual** aplicado às tarifas das **concessões estaduais** para 2015, de acordo com a variação acumulada do IGP-M do período, de **4,11%**, conforme prevê o contrato de concessão. Em **média**, as tarifas das concessões estaduais ficaram em **R\$ 7,09** no trimestre.

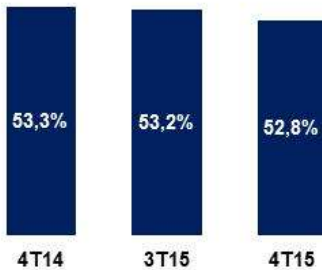
Já as concessionárias federais, tiveram ao longo deste ano todos os reajustes de tarifa conforme preveem os respectivos contratos de concessões, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA no período que foi de 10,1%, reequilíbrios financeiros dos contratos de concessão referente a lei dos caminhoneiros (em vigor desde abril de 2015) que foram em média de 5,6%, além de incrementos adicionais para remunerar os investimentos (aditivos) na Autopista Régis Bittencourt e Autopista Planalto Sul, de maior relevância.

AVI Estaduais


A tarifa média consolidada do 4T15 para as concessões federais foi de **R\$2,14, 8,0%** superior à cobrada no 4T14;

As novas tarifas estão demonstradas na tabela a seguir:

Concessionárias	Tarifa anterior	Nova Tarifa	Var%	Em vigor a partir de
Autopista Fernão Dias	1,60	1,80	12,5%	19/12/2015
Autopista Planalto Sul	4,10	4,80	17,1%	19/12/2015
Autopista Régis Bittencourt	2,00	2,50	25,0%	29/12/2015
Autopista Fluminense	3,80	4,50	18,4%	02/02/2016
Autopista Litoral Sul	1,90	2,30	21,1%	19/02/2016

AVI Federais


Meios Eletrônicos: No 4T15, a receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 66,8% da arrecadação, contra 66,5% no 4T14. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 52,8% no 4T15 contra o 53,3% no 4T14.

Receita de Obras

Foram de R\$ 385,9 milhões (-19,1%) no 4T15, já no acumulado do ano totalizaram R\$ 1,6 bilhão (-11,5%). Vale ressaltar que, as receitas de obras representam, de forma contábil e sem efeito caixa, os investimentos da Companhia — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura de suas rodovias, sendo que, atualmente praticamente todo ele direcionado às concessões federais. A redução nesta rubrica pode ser observada, pois parte do aumento nos investimentos está relacionado às obras de manutenção que não interferem na apuração desta linha.

Outras Receitas

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas.

No 4T15 as outras receitas registraram um montante de **R\$ 5,8 milhões** para a Companhia, uma queda de 41,0% comparada ao 4T14, que pode ser explicada pela cobrança retroativa no valor de R\$ 4,5 milhões referente ao uso da faixa de domínio da Autopista Litoral Sul por empresas de telecomunicações no mês de outubro de 2014. No acumulado do ano, as outras receitas totalizaram R\$54,2 milhões, representando um aumento de 15,2%.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

A **receita líquida** da Arteris apresentou retração em relação ao trimestre (-10,1%) e acumulado do ano (-4,7%). O total foi de **R\$ 960,6 milhões** no 4T15 e de **R\$ 3,8 bilhões** em 2015.

Já às **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, totalizaram **R\$ 55,2 milhões** no trimestre (-3,0%) e de **R\$ 219,5 milhões** no acumulado do ano (+0,6%).

Custos e Despesas

O **total geral de custos e despesas**, o que inclui itens não caixa — custos de construção, provisões, depreciações e amortizações —, apesar de ficaram praticamente estáveis na comparação com o 4T14, com um montante de **R\$ 833,5 milhões** (+2,5%), foram impactados:

- (i) pelo aumento de 6,4% ou R\$ 13,4 milhões no **custo caixa**;
- (ii) pelo aumento de R\$ 54,9 milhões em **provisão para manutenção em rodovias**;
- (iii) pelo aumento de 44,0% ou R\$43,5 milhões em **depreciação e amortização**, em função de uma mudança no critério contábil realizado pela Companhia no início do ano; e
- (iv) pela redução de R\$ 91,2 milhões nos **custos dos serviços de construção**.

No acumulado do ano o total de custos e despesas totalizou R\$ 3,1 bilhões (+3,0%).

Os custos caixa foram de R\$ 222,1 milhões no 4T15 (+6,4%) e no acumulado do ano representaram R\$ 818,4 milhões (+8,0%).

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	Var. Nominal 4T15/4T14	2015	2014	Var% 2015/2014
Serviços de terceiros	(52.130)	(44.403)	(69.331)	17,4%	-24,8%	17.201	(194.453)	(213.728)	-9,0%
Pessoal	(66.546)	(59.367)	(58.123)	12,1%	14,5%	(8.423)	(249.637)	(219.012)	14,0%
Conservação	(33.283)	(25.209)	(20.839)	32,0%	59,7%	(12.444)	(115.418)	(104.936)	10,0%
Verba de fiscalização	(10.374)	(10.423)	(9.743)	-0,5%	6,5%	(631)	(41.401)	(38.773)	6,8%
Custos com Poder Concedente	(5.952)	(6.042)	(5.955)	-1,5%	-0,1%	3	(22.830)	(22.660)	0,8%
Seguros e garantias	(6.087)	(5.363)	(6.300)	13,5%	-3,4%	213	(24.046)	(25.028)	-3,9%
Remuneração da administração	(3.116)	(6.056)	(6.440)	-48,5%	-51,6%	3.324	(20.616)	(19.259)	7,0%
Consumo	(13.921)	(12.930)	(16.208)	7,7%	-14,1%	2.287	(51.514)	(49.406)	4,3%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.694)	(1.232)	(8.302)	37,5%	-79,6%	6.608	(5.286)	(9.576)	-44,8%
Despesas tributárias	(683)	(1.090)	(1.120)	-37,3%	-39,0%	437	(2.369)	(3.755)	-36,9%
Transportes	(10.494)	(10.568)	(9.990)	-0,7%	5,0%	(504)	(42.031)	(37.257)	12,8%
Outras despesas operacionais, líq.	(17.776)	(15.466)	3.674	14,9%	-583,8%	(21.450)	(48.767)	(14.613)	233,7%
Subtotal (Custo Caixa)	(222.056)	(198.149)	(208.677)	12,1%	6,4%	(13.379)	(818.368)	(758.003)	8,0%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	38,6%	34,2%	35,2%	4,5 p.p.	3,4 p.p.	3,4 p.p.	36,0%	33,5%	2,5 p.p.
Custo dos serviços de construção	(385.866)	(421.755)	(477.080)	-8,5%	-19,1%	91.214	(1.554.486)	(1.757.447)	-11,5%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(83.189)	(51.036)	(28.248)	63,0%	194,5%	(54.941)	(196.823)	(145.463)	35,3%
Depreciação e Amortização	(142.417)	(133.900)	(98.926)	6,4%	44,0%	(43.491)	(524.606)	(344.689)	52,2%
Total	(833.528)	(804.840)	(812.931)	3,6%	2,5%	(20.597)	(3.094.283)	(3.005.602)	3,0%

Entre as **principais variações dos custos caixa** entre os períodos, destaca-se:

- ✚ **Custos com serviços de terceiros:** Os custos com serviços de terceiros apresentaram uma queda (-24,8%) em relação ao 4T14, totalizando R\$52,1 milhões e apresentaram uma redução de 9,0% em relação ao acumulado do ano com um montante de R\$ 194,4 milhões. Esta melhora está diretamente relacionada às iniciativas do programa de eficiências que vem sendo implementadas no grupo, como por exemplo, o sistema de leilões eletrônicos para contratação de terceiros e a renegociação de contratos de prestação de serviços. Contribuiu também para a redução destes custos a internalização de arrecadadores terceirizados da Autovias ao final de 2014 e da Autopista Planalto Sul em abril de 2015, custos que passaram a compor os custos de pessoal desde então.
- ✚ **Custos com pessoal:** Foram gastos R\$ 66,5 milhões um aumento de 14,5% no trimestre, e R\$ 249,6 milhões (+14,0%) no acumulado do ano. Esse aumento se deve ao processo de internalização de arrecadadores da Autovias e da Autopista Planalto Sul, que anteriormente era terceirizados. Também foi registrado um aumento do número de profissionais na área de engenharia nas Autopistas Litoral Sul e Fluminense em função da intensificação das obras do Contorno de Florianópolis e da duplicação da BR-101 respectivamente. Adicionalmente, essa linha foi impactada por custos rescisórios de alguns funcionários cujas funções passaram a ser terceirizadas — a Intervias, por exemplo, diminuiu seu quadro de funcionários nas funções de atendimento pré-hospitalar que passaram a ser terceirizados, além disso foi feita uma reorganização das áreas de engenharia das concessões estaduais visando a otimização dos recursos e redução de despesas, uma vez que o grau de maturidade dessas concessões permite essa reestruturação. Essas mudanças operacionais, derivam de análises e decisões internas para tornar a Arteris mais eficiente em seu atual momento de investimentos.
- ✚ **Conservação:** Registrou um aumento de R\$12,4 milhões comparado ao 4T14, totalizando R\$ 33,3 milhões. Ao longo de 2015 este custo totalizou R\$115,4 milhões (10,0% em relação a 2014). Este é um custo de natureza variável sendo dependente do volume de intervenções no pavimento e na infraestrutura das rodovias e das condições climáticas das regiões onde existem intervenções. Outro fator que impactou esse custo foi a alta da inflação, uma vez que os contratos tem como fator de atualização o IPCA. Parte deste aumento foi compensado pela melhora no custo de contratação desses serviços.
- ✚ **Verba de Fiscalização:** Corresponde aos valores pagos pelas rodovias federais ao poder concedente (ANTT) e são reajustados anualmente pelo IPCA. Neste sentido, registraram um aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano passado totalizando R\$ 10,4 milhões no trimestre e R\$ 41,4 milhões no acumulado do ano (+6,8%).
- ✚ **Custos com o poder concedente:** Referem-se aos repasses das concessões estaduais ao poder concedente do Estado de São Paulo (ARTESP) correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio destas rodovias, neste trimestre totalizaram R\$ 5,9 milhões.
- ✚ **Seguros e Garantias:** Tratam-se basicamente de apólices de seguros de riscos de engenharia, riscos de frota e seguro-garantia, totalizando R\$ 6,1 milhões no 4T15, queda de 3,4% comparada ao 4T14, devido a melhora nas negociações de

renovação dos contratos. No acumulado do ano esta rubrica registrou um valor de R\$ 24,0 milhões (-3,9% na comparação com 2014).

- † **Remuneração da Administração:** Correspondeu a um total de R\$3,1 milhões no 4T15, tendo sofrido uma queda em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de processos de reorganização da estrutura organizacional da Companhia, como a redução do quadro de diretores estatutários da *holding*.
- † **Consumo:** Referem-se a gastos com telefonia, iluminação e energia elétrica das unidades de negócio, praças de pedágios e trechos de rodovias, material de consumo administrativo (como material de escritório), material de sinalização (como cones, faixas utilizadas em operações especiais) e materiais para uso em campanhas de trânsito (panfletos e publicações). A redução de 14,1% desta linha em relação ao 4T14, está relacionada a contenção de gastos de materiais de sinalização e materiais para uso em campanhas de trânsito, uma vez que as mesmas haviam sido intensificadas no final de 2014. No acumulado do ano as despesas com consumo ficaram em R\$ 51,5 milhões (+4,3%).
- † **Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais:** Os valores contabilizados estão relacionados à expectativa de perda provável dos processos em que a Arteris e suas controladas são parte. No 4T15 este montante foi de R\$1,7 milhão e no acumulado do ano ficaram em R\$ 5,3 milhões, essa queda está relacionada ao pagamento das multas devidas à ANTT no final de 2014.
- † **Transportes:** Esta rubrica contempla os gastos com combustíveis, aluguel e manutenção de frota de veículos leves (inspeção de tráfego, veículos administrativos e veículos de resgate próprios) e pesados (guinchos, caminhões pipa e combate a incêndio, apreensão de animais entre outros) de todas as concessionárias do grupo. No 4T15, estes custos caixa foram de R\$ 10,5 milhões, com um aumento de 5,0% em relação ao 4T14 e no acumulado do ano o aumento foi de 12,8% totalizando R\$ 42,0 milhões. A alta dos preços dos combustíveis autorizada pelo governo impactou negativamente esta linha dos resultados ao longo do ano, além do aumento da frota da Companhia para atender níveis de serviços exigidos pelos contratos de concessão.
- † **Outras despesas operacionais:** Referem-se a outros itens relacionados à operação das concessionárias da Companhia, além dos resultado dos serviços de obras das construtoras do grupo, prestados exclusivamente para a Arteris. O resultado das construtoras do grupo compõe o total de “outras despesas operacionais” e é de caráter variável, dependendo do volume de obras contratadas pelas concessionárias da Arteris em detrimento às construtoras terceirizadas. Nesse trimestre o valor contabilizado foi de R\$ 17,8 milhões, um aumento de R\$ 21,4 milhões comparado com o 4T14. Uma das razões deste aumento foi a queda de R\$ 2,9 milhões na margem operacional das construtoras controladas, que passaram de uma margem negativa de R\$ 2,0 milhões no 4T14 para R\$ 4,9 milhões negativos nesse trimestre. No acumulado do ano o aumento foi de R\$ 34,2 milhões com um total de R\$ 48,8 milhões.

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

- Custos dos serviços de construção:** Da mesma forma e no mesmo valor das Receitas de Obras, estão relacionados à representação contábil dos investimentos da Companhia em ativos intangíveis — em sua quase totalidade direcionados a melhorias da infraestrutura das rodovias federais. Foram R\$ 385,9 milhões no 4T15 (-19,1%) e no acumulado do ano totalizaram R\$ 1,6 bilhão (-11,5%).
- Provisões para manutenção:** Referem-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras de manutenção e renovação de pavimentos nas rodovias sob concessão. A Companhia ajusta trimestralmente os montantes provisionados na medida em que revê e atualiza as expectativas em relação ao momento e aos valores que serão desembolsados. O valor constituído no 4T15 foi de R\$ 83,2 milhões, um aumento de R\$ 55 milhões quando comparado ao 4T14, dado o que já havia sido provisionado em trimestres anteriores no ano de 2014 e também relacionado ao último ciclo de manutenção das concessionárias estaduais antes do término do contrato de concessão. Em 2015 os valores provisionados foram de R\$ 196,8 milhões, montante 35,3% superior ao registrado no mesmo período do ano passado.
- Depreciações e amortizações:** Relacionam-se à adoção de regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão. Em 2015 a sociedade alterou o critério adotado de amortização dos seus ativos intangíveis, que até então era realizado pelo método de curva de tráfego, passando agora a adotar o método linear. Esta mudança de critério, além do crescimento do ativo intangível da Companhia, consequência dos investimentos executados, explicando o aumento de 44,0% das amortizações da Companhia que passaram de R\$ 98,9 milhões no 4T14, para os atuais R\$ 142,4 milhões registrados neste trimestre. No acumulado do ano o total deste custo foi de R\$ 524,6 milhões (+52,2%).

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA da Arteris no 4T15 totalizou R\$ 269,5 milhões, uma redução de 24,1% em relação ao quarto trimestre do ano anterior. Quanto ao EBITDA ajustado pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, esse registrou um montante de R\$ 352,7 milhões no 4T15, retração de 8,0% comparado ao 4T14. Em relação às margens, houve uma queda do percentual no trimestre tanto para à Margem EBITDA (13,1p.p) quanto para à Margem EBITDA ajustada (3,4p.p).

Os principais fatores que levaram a redução de R\$30,6 milhões (-8,0%) do EBITDA ajustado foram:

- (i) Redução da receita de pedágio em função da crise econômica e Lei dos Caminhoneiros;
- (ii) Aumento de R\$13,4 milhões no custo caixa, conforme já explicado anteriormente.

	EBITDA							
	(Em milhares de reais)							
	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	2.015	2.014	Var% 2015/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	960.632	1.001.677	1.069.094	-4,1%	-10,1%	3.827.963	4.018.133	-4,7%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(691.111)	(670.940)	(714.005)	3,0%	-3,2%	(2.569.677)	(2.660.913)	-3,4%
EBITDA ¹	269.521	330.737	355.090	-18,5%	-24,1%	1.258.286	1.357.220	-7,3%
Margem EBITDA*	46,9%	57,0%	60,0%	-10,1 p.p.	-13,1 p.p.	55,3%	60,0%	-4,7 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	83.189	51.036	28.248	63,0%	194,5%	196.823	145.463	35,3%
EBITDA Ajustado ²	352.710	381.773	383.338	-7,6%	-8,0%	1.455.109	1.502.683	-3,2%
Estaduais	265.491	281.543	268.434	-5,7%	-1,1%	1.034.802	1.046.498	-1,1%
Federais	86.463	106.841	116.318	-19,1%	-25,7%	422.219	442.580	-4,6%
Holding	5.780	(3.120)	557	-285,3%	937,7%	(630)	2.197	-128,7%
Construtoras	(4.912)	(3.491)	(1.971)	40,7%	149,2%	(1.170)	11.408	-110,3%
Margem EBITDA Ajustada*	61,4%	65,8%	64,8%	-4,5 p.p.	-3,4 p.p.	64,0%	66,5%	-2,5 p.p.

* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 4T15:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas ¹			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	81.338	3.938	85.276	(30.819)	(3.938)	(34.757)	50.519	(12.024)	62.543	76,9%
Centrovias	89.188	8.940	98.128	(51.032)	(8.940)	(59.972)	38.156	(33.240)	71.396	80,1%
Intervias	93.903	28.826	122.729	(26.518)	(28.826)	(55.344)	67.385	(5.694)	73.079	77,8%
Vianorte	76.884	2.538	79.422	(27.515)	(2.538)	(30.053)	49.369	(9.104)	58.473	76,1%
Estaduais	341.313	44.242	385.555	(135.884)	(44.242)	(180.126)	205.429	(60.062)	265.491	77,8%
Planalto Sul	24.847	37.299	62.146	(21.880)	(37.299)	(59.179)	2.967	(3.223)	6.190	24,9%
Fluminense	39.878	82.571	122.449	(26.548)	(82.571)	(109.119)	13.330	(3.000)	16.330	40,9%
Fernão Dias	57.470	47.518	104.988	(45.813)	(47.518)	(93.331)	11.657	(8.177)	19.834	34,5%
Régis Bittencourt	59.830	98.188	158.018	(35.110)	(98.188)	(133.298)	24.720	(4.864)	29.584	49,4%
Litoral Sul	51.428	76.048	127.476	(40.878)	(76.048)	(116.926)	10.550	(3.863)	14.413	28,0%
Federais	233.453	341.624	575.077	(170.229)	(341.624)	(511.853)	63.224	(23.127)	86.351	37,0%
Total Concessionárias	574.766	385.866	960.632	(306.113)	(385.866)	(691.979)	268.653	(83.189)	351.842	61,2%
Arteris Holding	0	0	0	5.780	0	5.780	5.780	0	5.780	
Construtoras	0	70.449	70.449	0	(75.361)	(75.361)	(4.912)	0	(4.912)	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação		(70.449)	(70.449)	(4.912)	75.361	70.449	0	0	0	
Total	574.766	385.866	960.632	(305.245)	(385.866)	(691.111)	269.521	(83.189)	352.710	61,4%

¹ Exclui Depreciação e Amortização

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Resultado Financeiro

Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



Resultado Financeiro (R\$ Mil)	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	2015	2014	Var% 2015/2014
Receitas Financeiras	32.127	48.753	41.298	-34,1%	-22,2%	164.738	127.375	29,3%
Juros Ativos	(2.167)	1.301	2.431	-266,6%	-189,1%	1.434	4.256	-66,3%
Aplicações Financeiras	32.786	42.945	38.790	-23,7%	-15,5%	151.112	122.514	23,3%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	368	2.231	0	-83,5%	91900,0%	6.276	0	-
Outras Receitas	1.140	2.276	77	-49,9%	1390,2%	5.916	605	877,9%
Despesas Financeiras	(177.943)	(173.543)	(120.199)	2,5%	48,0%	(659.858)	(450.073)	46,6%
Encargos Financeiros	(141.739)	(143.411)	(104.304)	-1,2%	35,9%	(542.529)	(383.045)	41,6%
Atualização do Ônus da Concessão	(7.995)	(5.191)	(6.377)	54,0%	25,4%	(26.961)	(22.093)	22,0%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(12.158)	(10.095)	(6.799)	20,4%	78,8%	(49.443)	(26.958)	83,4%
Outras Despesas	(16.051)	(14.846)	(2.719)	8,1%	490,3%	(40.925)	(17.977)	127,7%
Variação Cambial, liq.	169	(81)	(790)	-308,6%	-121,4%	(25)	324	-107,7%
Resultado Financeiro	(145.647)	(124.871)	(79.692)	16,6%	82,8%	(495.145)	(322.374)	53,6%

O **resultado financeiro líquido** da Arteris apresentou uma **variação de 16,6%** quando comparado ao 3T15 registrando um montante negativo de **R\$ 145,6 milhões** no 4T15 frente ao **total de R\$ 124,9 milhões** apresentado no trimestre anterior, em função das seguintes variações:

- Apesar do aumento dos juros que remuneraram as aplicações financeiras (atreladas ao CDI), as **Receitas Financeiras** totalizaram no 4T15 **R\$ 32,1 milhões** e apresentaram **queda de 34,1%**, devido a um **menor saldo médio de caixa aplicado**.
- As **despesas financeiras** tiveram um **crescimento de 2,5%**, ficando em **R\$ 177,9 milhões**, explicado por:

- Crescimento na atualização do ônus da concessão (54,0%) que é ajustada pelo IGP-M que apresentou relevante aumento no último trimestre.
- Varição na reversão de AVP (20,4%) pela atualização do cronograma dos investimentos previamente provisionados.
- Destaca-se também o aumento na linha de Outras Despesas impactado principalmente pelo decreto 8.426/15, que passou a vigorar em julho de 2015, onde foi estabelecido a **incidência das alíquotas de PIS (4%) e Cofins (0,65%)** sobre as receitas financeiras.

Lucro Líquido

No 4T15 o lucro líquido da Arteris **foi negativo em R\$ 12,0 milhões**, enquanto que no acumulado do ano **foi positivo em R\$ 149,3 milhões**.

Os principais fatores para o resultado negativo no 4T15 e queda no lucro de 67,3% no acumulado do ano, foram os fatores já mencionados acima, como a **retração no cenário econômico** o que afetou negativamente a receita de pedágio, além das **maiores taxas de juros** e a **incidência da cobrança das alíquotas de PIS e Cofins** a partir de julho, o que gerou um **pior resultado financeiro** e principalmente a **revisão do critério contábil** que alterou a forma de amortização dos ativos intangíveis da Companhia. Cabe destacar ainda a o aumento na provisão para manutenção relacionado ao último ciclo de manutenção das concessões estaduais antes do término do contrato.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2015, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 5,7 bilhões**, com **aumento de 7,0%** ou R\$ 371,3 milhões em relação a 30 de setembro de 2015.

Endividamento (Em milhares de reais)	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14
Dívida Bruta	6.386.403	6.382.652	6.052.505	0,1%	5,5%
Curto Prazo	1.961.411	1.110.878	1.078.249	76,6%	81,9%
Longo Prazo	4.424.992	5.271.774	4.974.256	-16,1%	-11,0%
Posição de Caixa	728.572	1.096.122	1.669.688	-33,5%	-56,4%
Caixa e equivalentes de caixa	488.529	844.470	1.410.451	-42,1%	-65,4%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	240.043	251.652	259.237	-4,6%	-7,4%
Dívida Líquida	5.657.831	5.286.530	4.382.817	7,0%	29,1%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento, em relação ao trimestre anterior, está associado principalmente à:

- **Aumento de R\$ 3,8 milhões do endividamento bruto**, relacionado às seguintes movimentações:
 - i. Desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 102,1 milhões;
 - ii. Amortização de R\$ 46,6 milhões referentes a financiamentos BNDES;
 - iii. Amortização de R\$ 57,1 milhões de debêntures;
 - iv. Juros pagos referentes às debêntures e ao financiamento BNDES no valor de R\$ 194,1 milhões;
 - v. R\$ 199,5 milhões relativos a juros acruados nas operações de financiamento da Companhia

- **Redução de R\$ 367,6 milhões na posição de caixa** (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras vinculadas), em função da destinação de recursos para o plano de obras da Companhia e à amortização de financiamentos e pagamento de juros durante o período.

Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais.

Até 31 de dezembro de 2015 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 3,5 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 222,8 milhões**.

Concessionárias	BNDES FINEM (R\$ Mil)		
	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.763.122	3.540.320	222.802
Planalto Sul	399.917	381.098	18.819
Fluminense	780.819	762.136	18.683
Fernão Dias	702.754	702.754	-
Régis Bittencourt	1.069.495	1.069.495	-
Litoral Sul	810.137	624.837	185.300

A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

A dívida líquida no final do 4T15 representou 4,10 vezes o EBITDA ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, representando um aumento do nível de alavancagem da Companhia em comparação ao patamar registrado no trimestre anterior que havia sido de 3,75 vezes.

Grau de Alavancagem e Dívida Líquida (R\$ milhões)



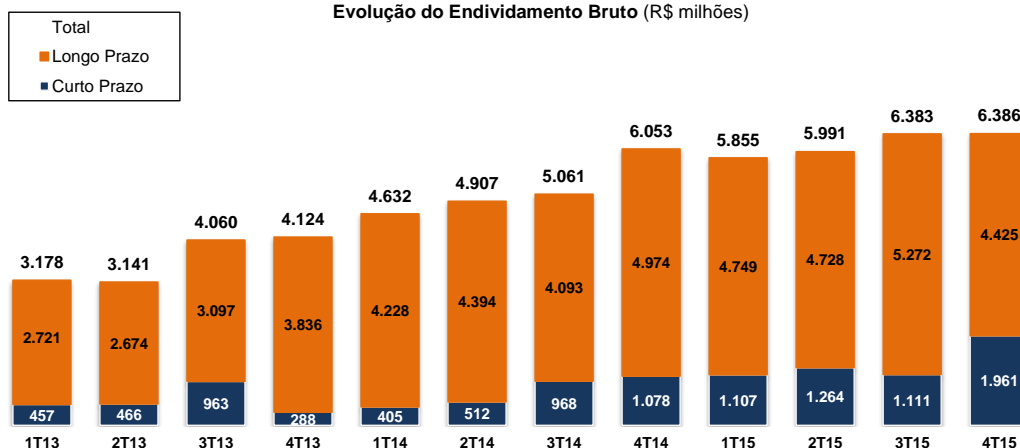
Ao final do 4T15, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 6,4 bilhões, sendo que deste montante 48,4% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 40,1% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 11,5% a contratos atrelados ao IPCA.

Perfil da Dívida Bruta (%)

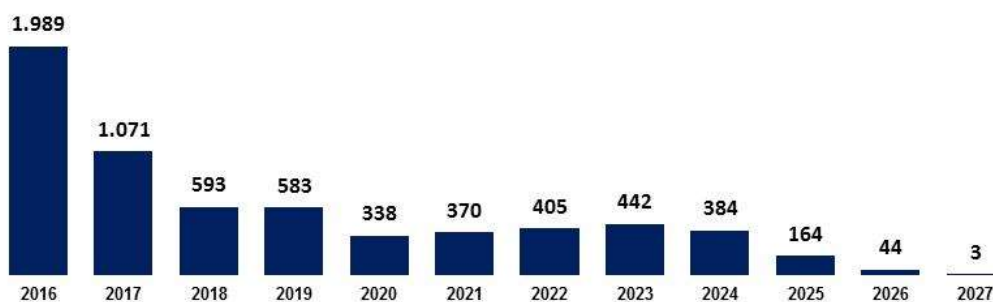


Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14
Indexador					
TJLP	3.088.617	3.029.893	2.896.815	1,9%	6,6%
CDI	2.556.099	2.634.452	2.456.917	-3,0%	4,0%
IPCA	743.316	722.302	706.447	2,9%	5,2%
Outros	3.141	3.532	3.206	-11,1%	-2,0%
<i>Custos e encargos antecipados</i>	(4.770)	(7.527)	(10.879)	-36,6%	-56,2%
Total	6.386.403	6.382.652	6.052.505	0,1%	5,5%

Evolução do Endividamento Bruto (R\$ milhões)



Cronograma da Amortização da Dívida Bruta (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 4T15, o montante pago foi correspondente a R\$ 19,3 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	2.015	2.014	Var% 2015/2014
Total	(19.330)	(19.329)	(18.568)	0,0%	4,1%	(75.793)	(71.570)	5,9%
Autovias	(2.035)	(2.035)	(1.956)	0,0%	4,0%	(7.980)	(7.536)	5,9%
Centrovias	(3.045)	(3.045)	(2.925)	0,0%	4,1%	(11.940)	(11.275)	5,9%
Intervias	(1.895)	(1.895)	(1.820)	0,0%	4,1%	(7.430)	(7.016)	5,9%
Vianorte	(12.355)	(12.354)	(11.867)	0,0%	4,1%	(48.443)	(45.743)	5,9%

A variação do valor pago pelo ônus fixo na comparação entre os períodos (em média +4,1%) é devida ao reajuste anual das parcelas de acordo com a variação do IGP-M dos últimos 12 meses, que ocorre na mesma data do reajuste anual das tarifas das concessões estaduais.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	8.856	14.472	23.328	32
Centrovias	13.077	18.406	31.483	29
Intervias	8.457	24.928	33.385	49
Vianorte	51.482	61.494	112.976	26
Total	81.872	119.300	201.172	

Investimentos e Manutenção de Rodovias

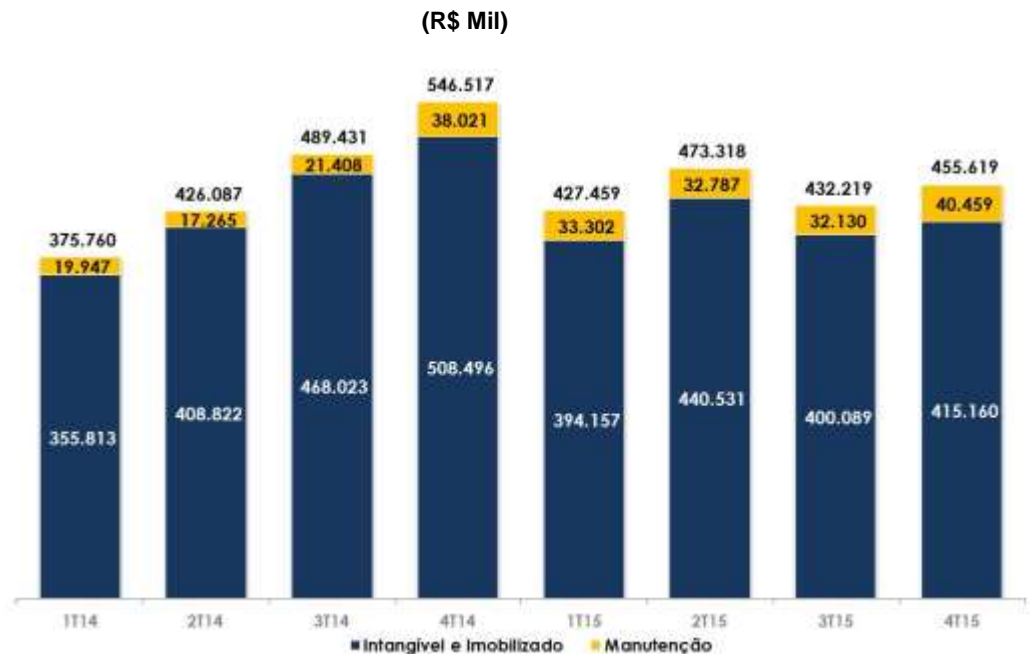
O **total de investimentos** realizados pela Companhia em suas rodovias no 4T15 foi de **R\$ 455,6 milhões**. Deste total, R\$ 415,2 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) em sua grande maioria concentradas nas rodovias federais e R\$ 40,4 milhões corresponderam à manutenção das rodovias estaduais do grupo.

No acumulado do ano o total de investimentos da Arteris ultrapassou R\$ 1,8 bilhão.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	4T15			2015		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	13.127	3.644	9.483	51.532	28.578	22.954
Centrovias	21.610	5.166	16.444	99.539	31.758	67.781
Intervias	32.508	26.013	6.495	106.431	84.288	22.143
Vianorte	9.863	1.826	8.037	41.557	10.358	31.199
Estaduais	77.108	36.649	40.459	299.059	154.982	144.077
Planalto Sul	38.565	38.565	0	193.711	193.711	0
Fluminense	85.916	85.916	0	303.380	303.380	0
Fernão Dias	50.154	50.154	0	212.117	212.117	0
Régis Bittencourt	110.193	110.193	0	419.023	419.023	0
Litoral Sul	84.377	84.377	0	333.861	333.861	0
Federais	369.205	369.205	0	1.462.092	1.462.092	0
Total	446.312	405.853	40.459	1.761.151	1.617.074	144.077
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	9.307	9.307	0	27.465	27.465	0
Total	455.619	415.160	40.459	1.788.615	1.644.538	144.077

Até o final do prazo contratual de todas as concessões, a previsão do **total remanescente de investimentos**, incluindo os montantes relacionados à manutenção das rodovias é de aproximadamente **R\$ 6,8 bilhões**, já incluindo os aditivos assinados pela Companhia até o final de 2014.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:



As obras mais relevantes do quarto trimestre de 2015, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense

Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176,6 quilômetros da rodovia, dos quais 45,1 quilômetros foram concluídos até o 4T15. Dos 131,5 quilômetros restantes, 78,9 quilômetros estão em obras.

A Companhia concluiu em agosto de 2015 as obras de duplicação da Avenida do Contorno, localizada no município de Niterói, com uma extensão de 2,2 km. Este empreendimento trouxe o aumento da segurança dos usuários da rodovia devido à expansão de sua capacidade viária.



Avenida do Contorno
(Autopista Fluminense)



Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos
(Autopista Fluminense)



Contorno de Betim
(Autopista Fernão Dias)

Autopista Fernão Dias

Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.



Duplicação da Serra do Cafezal
(Autopista Régis Bittencourt)

Autopista Régis Bittencourt

O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 17,9 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis todos em andamento e 42 pontes e viadutos (11 concluídos, 22 em andamento e 9 não iniciadas).

Autopista Planalto Sul

A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 9,8 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).

Durante o quarto trimestre, foi concluído o Trevo de acesso ao município de Fazenda Rio Grande no km 127,5.

Autopista Litoral Sul

O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros, posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47km. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte, Trecho Intermediário, com 1 trevo em desnível no km 215+380 e 4 passagens inferiores.

Durante o quarto trimestre, foi construído 1,3 quilômetro de Ruas Laterais e 1 passarela no km 120+730 na BR-101/SC.

Autovias

Foi iniciada em setembro de 2014, a duplicação de 13,6 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 235 e 249, na região de São Carlos. Trata-se de uma nova obra, que será incluída no contrato de concessão, permitindo a extensão do prazo da concessionária em 6 meses, até maio de 2019, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa marginal para o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato.



Trevo de acesso ao município de
Fazenda Rio Grande
(Autopista Planalto Sul)



Contorno de Florianópolis (Autopista
Litoral Sul)



Dispositivo de acesso a Ribeirão Preto
(Autovias e Vianorte)



Contorno de Mogi Mirim (Intervias)

Intervias

Em fevereiro de 2016 foi concluída a implantação da segunda etapa do Contorno Viário de Mogi Mirim (5 quilômetros). Adicionalmente, a concessionária está executando a duplicação da SP 147, entre Mogi Mirim e Engenheiro Coelho, obra iniciada em setembro de 2014.

Quadro de Pessoal

A Arteris conta com **5.974 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **49,6%** estão alocados nas **concessionárias federais**, **21,2%** nas **estaduais**, **26,5%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **2,7%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir:

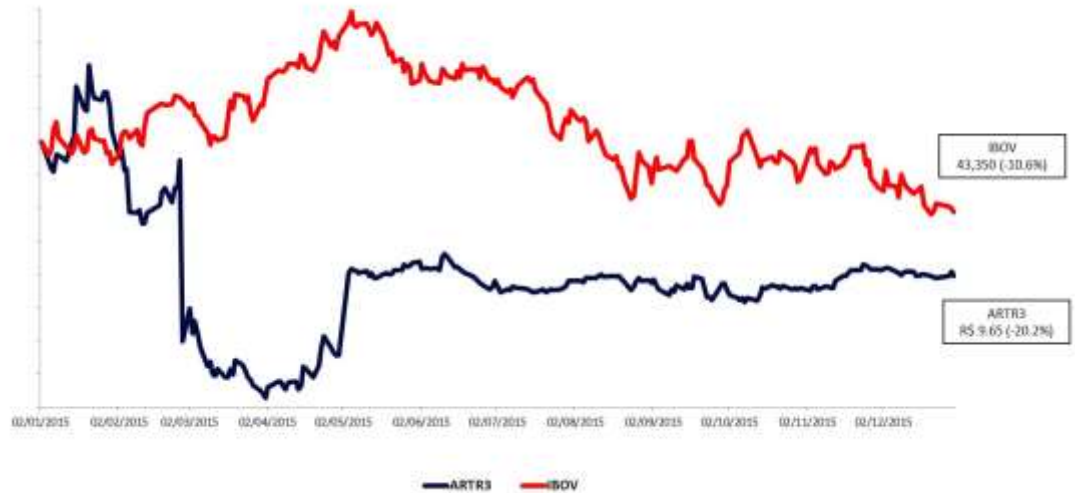
Quadro de Pessoal	4T15	3T15	4T14	Var. 4T15/3T15	Var. 4T15/4T14
Arteris (Holding)	162	159	149	3	13
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.264	1.265	1.356	(1)	(92)
Autovias	306	294	302	12	4
Centrovias	271	279	283	(8)	(12)
Intervias	421	423	519	(2)	(98)
Vianorte	266	269	252	(3)	14
<i>Concessionárias Federais</i>	2.963	2.945	2.804	18	159
Litoral Sul	690	645	595	45	95
Planalto Sul	352	361	264	(9)	88
Fluminense	480	488	438	(8)	42
Fernão Dias	827	824	874	3	(47)
Régis Bittencourt	614	627	633	(13)	(19)
Latina Manutenção	1.428	1.467	2.017	(39)	(589)
Latina Sinalização	157	156	173	1	(16)
Total	5.974	5.992	6.499	(18)	(525)

Mercado de Capitais

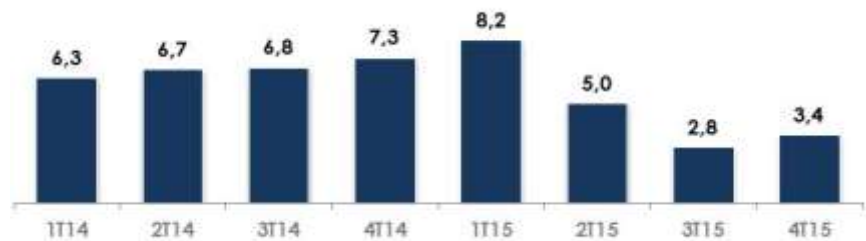
O valor de mercado da Arteris ao final do 4T15 totalizou **R\$ 3,3 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 9,65 por ação em 30/12/15. Esse preço corresponde a uma **desvalorização de 20,2%** desde o início do ano. No mesmo período, o **Índice Ibovespa** apresentou **desvalorização de -10,6%**.

Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram cerca de R\$ 203,1 milhões** no trimestre.

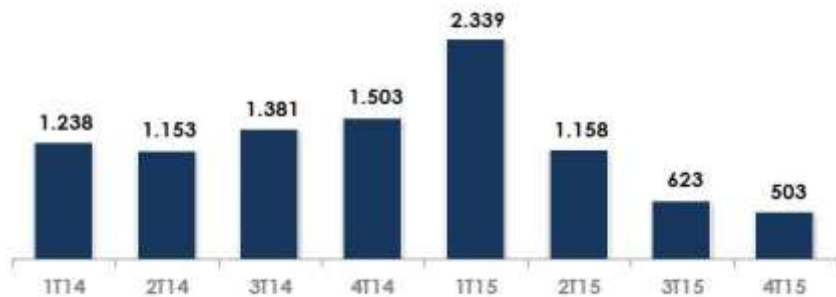
Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (4T15)



Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Número de Negócios - Média diária



Média Diária	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14
Nº de Negócios	503	623	1.503	-19,3%	-66,5%
Nº de Ações Negociadas	358.190	292.711	521.674	22,4%	-31,3%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	3,4	2,8	7,3	21,1%	-53,6%

Oferta Pública de Aquisição de Ações

Em 30 de abril de 2015, a Companhia informou ao mercado manifestação de interesse por parte de seus acionistas controladores de realizar uma Oferta Pública de Aquisição de Ações da Arteris para fins de cancelamento de registro de companhia aberta como emissora categoria A e Saída do Novo Mercado. No momento o processo encontra-se sob análise da CVM. Acionistas controladores aguardam confirmação da CVM para proceder com a publicação do edital e realização da oferta.

Cronograma resumido da OPA:

- 25 de Agosto de 2015: AGE – BNP Paribas foi escolhido para elaboração do Laudo de Avaliação
- 22 de Setembro de 2015: Disponibilidade do Laudo de Avaliação (intervalo de valor: R\$ 8,74 e R\$ 9,55)
- 23 de Setembro de 2015: Participes en Brasil S.L. informa seguir procedimento da OPA
- 21 de março de 2016: Disponibilidade do novo Laudo de Avaliação contemplando exigências da CVM relativas a diversos ofícios (novo intervalo de valor: R\$ 8,86 a R\$ 9,58)
- 23 de março de 2016: Participes en Brasil S.L. informa seguir procedimento da OPA

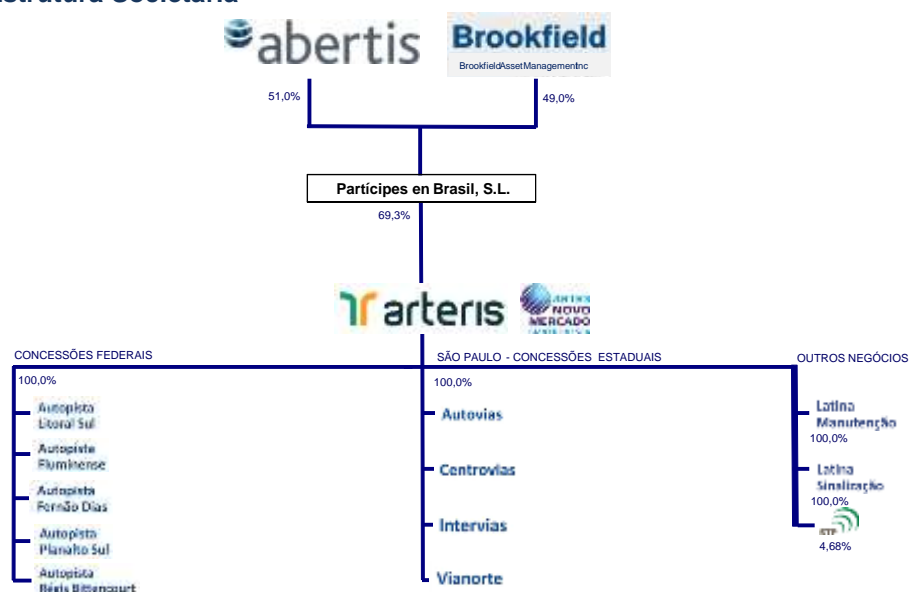
Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2015, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Data Base: 31/12/2015

Estrutura Societária



Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Ago-18	Mai-19	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Fev-20	Abr-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Fev-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Fev-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Fev-33	IPCA
Litoral Sul	405,9	5	n.a.	Fev-33	IPCA

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 69,3% da Arteris.

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	4T15	4T14	Var%	2015	2014	Var%
Estaduais	12.652	13.134	-3,7%	12.499	12.801	-2,4%
Autovias	12.018	12.563	-4,3%	11.949	12.249	-2,4%
Centrovias	15.069	15.609	-3,5%	14.734	15.016	-1,9%
Intervias	10.354	10.714	-3,4%	10.257	10.488	-2,2%
Vianorte	14.963	15.460	-3,2%	14.778	15.172	-2,6%
Federais	21.728	22.945	-5,3%	21.307	21.798	-2,2%
Planalto Sul	6.821	7.395	-7,8%	6.802	7.194	-5,5%
Fluminense	16.209	17.317	-6,4%	16.166	16.712	-3,3%
Fernão Dias	25.881	26.662	-2,9%	25.240	25.736	-1,9%
Régis Bittencourt	22.027	23.613	-6,7%	21.611	22.547	-4,2%
Litoral Sul	35.112	37.329	-5,9%	34.291	34.401	-0,3%
Total	18.512	19.479	-5,0%	18.187	18.619	-2,3%

Perfil Corporativo

A Arteris é a companhia do setor de concessões rodoviárias do Brasil com a maior extensão de quilômetros administrados. São 3.250 quilômetros sob gestão de suas nove concessionárias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina: Autovias, Centrovias, Intervias, Vianorte, Autopista Fernão Dias, Autopista Fluminense, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Régis Bittencourt. A Arteris é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. É controlada pela Abertis e pela Brookfield Motorways. Saiba mais: ri.arteris.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	31/12/2015	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	488.529	844.470	1.410.451
Contas a receber	153.130	164.685	154.062
Estoques	8.866	6.004	9.950
Despesas antecipadas	18.622	23.588	15.358
Impostos a recuperar	83.846	73.082	47.482
Dividendos a Receber	6.223	0	0
Aplicações financeiras vinculadas	154.171	163.237	174.377
Outros créditos	4.977	5.844	6.806
Total do ativo circulante	918.364	1.280.910	1.818.486
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	85.872	88.415	84.860
Cauções contratuais	24	71	68
Impostos a recuperar	10.449	5.397	0
Despesas antecipadas	150	37	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	256.591	214.749	183.906
Depósitos judiciais	111.437	108.901	54.103
Outras contas a receber	8.164	11.123	235
Investimentos	1.053	1.053	1.052
Imobilizado	62.414	59.906	61.486
Intangível	8.627.052	8.319.877	7.395.629
Total do ativo não circulante	9.163.206	8.809.529	7.781.342
TOTAL DO ATIVO	10.081.570	10.090.439	9.599.828
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	234.496	226.702	198.865
Debêntures	1.726.915	884.176	879.384
Fornecedores	139.391	171.402	142.868
Obrigações sociais	78.487	83.346	76.815
Obrigações fiscais	63.663	71.484	72.748
Contar a pagar - partes relacionadas	0	0	152
Cauções contratuais	78.189	75.487	61.764
Dividendos propostos	33.270	257	27.028
Credores pela concessão	79.765	77.791	74.452
Taxa de fiscalização	3.519	3.454	0
Provisão para manutenção em rodovias	173.524	169.595	95.258
Provisão para investimentos em rodovias	56.711	61.261	98.280
Adiantamento seguros	3.942	5.163	18.347
Outras contas a pagar	15.249	11.635	11.855
Total do circulante	2.687.121	1.841.753	1.757.816
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	2.885.688	2.829.029	2.716.797
Debêntures	1.539.304	2.442.745	2.257.459
Credores pela concessão	108.926	122.255	163.048
Receita diferida	0	0	461
Imposto de renda e contribuição social diferidos	62.870	70.531	90.294
Provisão para manutenção em rodovias	457.361	410.211	443.244
Provisão para investimentos em rodovias	63.604	61.330	26.120
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17.517	16.264	15.198
Outras contas a pagar	14.330	6.209	614
Total do exigível a longo prazo	5.149.600	5.958.574	5.713.235
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	1.033.198	1.033.198	873.822
Reserva legal	76.933	122.196	124.268
Reserva de lucros	1.156.989	1.156.989	1.152.958
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	2.244.849	2.290.112	2.128.777
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.081.570	10.090.439	9.599.828

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	4T15	3T15	4T14	Var% 4T15/3T15	Var% 4T15/4T14	2015	2014	Var% 2015/2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.015.880	1.057.540	1.126.059	-3,9%	-9,8%	4.047.449	4.236.358	-4,5%
Receitas de pedágio	624.263	627.426	639.226	-0,5%	-2,3%	2.438.765	2.431.851	0,3%
Estaduais	370.287	377.747	370.307	-2,0%	0,0%	1.423.392	1.419.962	0,2%
Autovias	88.505	90.432	89.118	-2,1%	-0,7%	343.262	342.833	0,1%
Centrovias	96.939	97.933	98.103	-1,0%	-1,2%	369.932	370.838	-0,2%
Intervias	101.337	102.504	99.796	-1,1%	1,5%	388.621	385.596	0,8%
Vianorte	83.506	86.878	83.290	-3,9%	0,3%	321.577	320.695	0,3%
Federais	253.976	249.679	268.919	1,7%	-5,6%	1.015.373	1.011.889	0,3%
Planalto Sul	26.966	26.563	29.056	1,5%	-7,2%	109.116	115.028	-5,1%
Fluminense	43.464	42.625	44.133	2,0%	-1,5%	172.822	165.003	4,7%
Fernão Dias	61.539	60.159	64.219	2,3%	-4,2%	242.129	247.026	-2,0%
Régis Bittencourt	65.936	65.398	69.594	0,8%	-5,3%	267.866	267.148	0,3%
Litoral Sul	56.071	54.934	61.917	2,1%	-9,4%	223.440	217.684	2,6%
Outras receitas	5.751	8.359	9.753	-31,2%	n.a.	54.198	47.060	15,2%
Receitas de obras	385.866	421.755	477.080	-8,5%	-19,1%	1.554.486	1.757.447	-11,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(55.248)	(55.863)	(56.965)	-1,1%	-3,0%	(219.486)	(218.225)	0,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	960.632	1.001.677	1.069.094	-4,1%	-10,1%	3.827.963	4.018.133	-4,7%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(775.410)	(754.394)	(764.960)	2,8%	1,4%	(2.888.230)	(2.812.470)	2,7%
LUCRO BRUTO	185.222	247.283	304.134	-25,1%	-39,1%	939.733	1.205.663	-22,1%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(58.118)	(50.446)	(47.970)	15,2%	21,2%	(206.053)	(193.132)	6,7%
Gerais e administrativas	(61.729)	(44.387)	(42.306)	39,1%	45,9%	(192.907)	(182.086)	5,9%
Remuneração da administração	(3.116)	(6.056)	(6.440)	-48,5%	-51,6%	(20.616)	(19.259)	7,0%
Despesas tributárias	(683)	(1.090)	(1.120)	-37,3%	-39,0%	(2.369)	(3.755)	-36,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	7.410	1.087	1.896	581,7%	290,8%	9.839	11.968	-17,8%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(145.647)	(124.871)	(79.692)	16,6%	82,8%	(495.145)	(322.374)	53,6%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(18.543)	71.966	176.472	-125,8%	-110,5%	238.535	690.157	-65,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.550	(27.981)	(58.873)	-123,4%	-111,1%	(89.193)	(233.297)	-61,8%
Corrente	(42.955)	(52.692)	(41.248)	-18,5%	4,1%	(189.306)	(231.128)	-18,1%
Diferido	49.505	24.711	(17.625)	100,3%	-380,9%	100.113	(2.169)	-4715,6%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(11.993)	43.985	117.598	-127,3%	-110,2%	149.342	456.860	-67,3%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	149.342	456.860
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	524.606	344.689
Baixas de ativos imobilizados	15.411	27.774
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(100.113)	2.169
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	26.961	22.105
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(22.931)	(18.236)
Juros e variações monetárias de empréstimos	97.099	107.214
Juros e variações monetárias de debêntures	443.605	277.108
Despesas financeira AVP	43.167	26.754
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	6.199	10.343
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	172.802	103.071
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(6.997)	(27.353)
Contas a receber - partes relacionadas	0	0
Estoques	1.084	(2.288)
Despesas antecipadas	(3.411)	(6.862)
Impostos a recuperar	(42.911)	(11.472)
Outros créditos	1.829	(1.115)
Cauções contratuais	44	263
Depósitos judiciais	(4.590)	(33.731)
Outras contas a receber	0	(18)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	49.937	(85.979)
Fornecedores - partes relacionadas	0	(2)
Cauções contratuais	(15.893)	10.107
Obrigações sociais	1.672	(3.084)
Obrigações fiscais	162.409	142.609
Imposto de renda e contribuição social pagos	(178.415)	(152.365)
Receita diferida	(461)	34
Adiantamentos para seguros	(13.136)	(21.250)
Provisão de juros sobre capital próprio	0	0
Outras contas a pagar	17.136	53
Credores pela concessão	23	126
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(3.880)	(6.932)
Pagamento de juros	(722.553)	(349.167)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	598.035	811.425
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(15.499)	(19.515)
Adições ao intangível	(1.773.117)	(1.721.640)
Aplicações financeiras vinculadas	(189.854)	(219.135)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	228.077	86.802
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.750.394)	(1.873.488)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	380.709	773.255
Emissão de Debêntures	861.955	1.321.138
Pagamento de juros e principal	(903.183)	(277.410)
Pagamento de credores pela concessão	(75.793)	(71.570)
Pagamento de dividendos	(33.251)	(202.810)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	230.437	1.542.603
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(921.922)	480.540
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	862.589	929.911
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	488.529	1.410.451

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.